



cdess

**Comissão
de Assuntos
Econômicos**



Dezembro
2023



Comissão de Assuntos Econômicos

Índice executivo

Comissão

1

1

Processo de definição dos eixos, temas prioritários e Plano de Trabalho 2023

3

Recomendações por tema

Tributação

4

Combate à Sonegação e Conformidade Técnica e Fiscal

5

Educação Financeira

6

Reindustrialização, construção civil e investimento em infraestrutura

9

Regulação do Cross Border

9

Micro e pequenas empresas

10

Regulamentação do mercado de crédito de carbono

10

Conselheiros

11

Dados da Comissão

15

Equipe CDESS

16

A Comissão

A Comissão de Assuntos Econômicos - CAE tem por objetivo contribuir com políticas relativas ao desenvolvimento, ao ambiente de negócios e à atração de investimentos, à modernização da estrutura produtiva e ao aumento da competitividade brasileira.

A CAE foi instalada em 1º de julho de 2023, em reunião no Ministério da Fazenda, com a presença de Secretários da pasta e do Ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Na ocasião, a reforma tributária foi amplamente debatida, juntamente com os temas que posteriormente seriam priorizados no Plano de Trabalho da CAE.

Ao longo dos três meses de trabalho da CAE, foram debatidas e construídas propostas que tratam de reforma tributária, educação financeira, combate à sonegação e conformidade técnica e fiscal e isonomia no comércio transfronteiriço, conhecido como *cross-border*.

A comunidade empresarial e o empreendedorismo desempenham um papel crítico e fundamental de apoio e alavancagem de um país, por meio dos serviços que oferecem e das oportunidades de trabalho e empregos que disponibilizam. Portanto, manter um ambiente empresarial competitivo e saudável é fundamental para garantir a saúde econômica de uma nação.

Nesse contexto, a CAE discutiu ações para combater a sonegação fiscal e promover a conformidade técnica e fiscal, buscando reduzir a concorrência desleal resultante dessas práticas. Foram debatidas estratégias de mobilização dos principais segmentos empresariais para articular e integrar esses esforços com agentes públicos, com o objetivo de criar um mercado mais equitativo e transparente.

Na esteira da conformidade, a Comissão debateu o tema do cross-border, modalidade de comércio que cresceu significativamente nas últimas décadas com a redução de barreiras comerciais, especialmente no período pós pandemia, impulsionado por maior interdependência e conectividade entre os países e redução de barreiras comerciais. No Brasil, essa tendência foi acentuada pelo acesso a produtos internacionais com preços atrativos, resultantes da ausência de impostos e taxas, bem como da não imposição de padrões de qualidade exigidos de produtos nacionais. Tais produtos com preços artificialmente reduzidos apresentam particular apelo de consumo para a população com menor renda e menor acesso a crédito. Esse cenário cria uma enorme desigualdade competitiva para as empresas locais, refletindo na perda de empregos, erosão da base industrial e tecnológica nacional, maior vulnerabilidade a choques externos, fuga de capital, desigualdade econômica e perda de arrecadação. Gerenciar os impactos do cross-border é um desafio para as economias que buscam equilibrar a abertura para o comércio e investimentos internacionais com a proteção dos interesses nacionais e o desenvolvimento econômico local.

Por fim, a Educação Financeira foi um tema relevante nas discussões da CAE, uma vez que desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e na redução das desigualdades sociais, estando associado tanto a benefícios individuais quanto coletivos. Uma estratégia bem implementada e

educação financeira robusta para a população têm o potencial de reduzir a vulnerabilidade financeira, promover inclusão social, reduzir desigualdades, prevenir ciclos de pobreza, reduzir a inadimplência e endividamento excessivo, fomentar a poupança e o investimento, além de promover a resiliência econômica.

Eventos e ações realizados: Seminário Internacional de Política Industrial, em 31/10/2023. Evento organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial do MDIC – CNDI/MDIC, CDESS e Ministério das Relações Exteriores - MRE, que discutiu questões relacionadas à política industrial, examinando as melhores práticas e abordagens inovadoras de países da Ásia, Europa e América do Norte.

Processo de definição dos eixos, temas prioritários e Plano de Trabalho 2023

Na primeira reunião do Grupo Coordenador, realizada de forma virtual em 14 de junho de 2023, os temas identificados como de interesses dos Conselheiros da Comissão foram classificados em grandes eixos, como uma forma de facilitar o trabalho da comissão. Os eixos sugeridos, e consolidados nas reuniões seguintes do grupo, foram:

Eixo 1: Desenvolvimento Econômico

- Tramitação do novo arcabouço fiscal
- Contas públicas
- Reforma tributária
- Sonegação, conformidade técnica e fiscal
- Educação Financeira

Eixo 2: Modernização da Estrutura Produtiva

- Reindustrialização, construção civil e investimento em infraestrutura

Eixo 3: Atração de Investimentos e Ambiente de Negócios

- Micro e pequenas empresas
- Regulação do Cross Border

Eixo 4: Aumento da Competitividade Brasileira

- Regulamentação do mercado de crédito de carbono

Adicionalmente, em reunião realizada no dia 2 de agosto de 2023, o grupo coordenador elegeu subtemas, no âmbito de cada eixo, que foram acompanhados pela CAE, identificou conselheiros interessados, bem como definiu possíveis atividades da Comissão: acompanhar a tramitação da reforma tributária; propor medidas legislativas e de fiscalização para combater a sonegação e aumentar a arrecadação de impostos; avaliar ações de educação financeira; propor estratégias para aumentar os investimentos em infraestrutura, considerando parcerias público-privadas e fontes de financiamento; elaborar um plano de ação para promover a modernização da indústria e o desenvolvimento sustentável da construção civil; indicar principais desafios, propor medidas de estímulo e formalização; e analisar o PL de Crédito de Carbono.

Recomendações

Desde sua instauração, em 3 de julho de 2023, a primeira comissão temática do CDESS a ser instalada, a CAE avançou e aprofundou as discussões dos temas de cada eixo temático incluídos no plano de trabalho de 2023. Entretanto, cabe esclarecer que alguns temas não foram aprofundados neste ano, tendo em vista o curto período de trabalho da CAE, cerca de cinco meses, e serão priorizados no plano de trabalho para 2024.

As recomendações e ações propostas pela CAE neste primeiro período de funcionamento são:

Tributação

Eixo 1: **Desenvolvimento Econômico**

Recomendação 1:

Estabelecer política de atualização periódica da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física - IRPF, com aferição da efetiva progressividade deste imposto, garantindo proteção social e contribuindo para melhora do poder aquisitivo dos aposentados, pensionistas e trabalhadores que ganham os menores salários.

Combate à Sonegação e Conformidade Técnica e Fiscal

Eixo 1: **Desenvolvimento Econômico**

Ação 1:

Criar o Conselho Nacional de Enfrentamento às Ilegalidades Concorrenciais - CONECON, órgão não governamental, que reunirá entidades empresariais, assegurando setores variados e de portes diferentes, além de outras organizações e institutos relacionados, visando propor medidas e ações que reduzam de forma significativa a concorrência desleal fruto da sonegação, inconformidade técnica e fiscal, adulteração de produtos e crimes contra a ética concorrencial. O CONECON atuará em parceria com o CDESS, que acompanhará a implementação de um Plano de Trabalho, a ser elaborado.

Recomendação 2:

Incluir um 14º campo obrigatório no código de barras dos produtos, que compõem o Cadastro Nacional de Produtos - CNP, trazendo a autodeclaração da(s) norma(s) técnica(s) às quais o produto atende, a ser preenchido pelo responsável em disponibilizar o mesmo no mercado, seja fabricante ou importador.

a. Uso desta informação pelos diferentes órgãos de Governo como critério essencial e obrigatório para aquisição de produtos conformes nas compras públicas e licitações, ou seja, somente serão adquiridos produtos que tenham essa informação (14º campo do CNP) devidamente preenchida;

- b.** Autorização pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ para que as Secretarias de Estado de Fazenda - SEFAZ possam exigir, após estabelecido prazo de adaptação, o preenchimento obrigatório do 14º campo do CNP de conformidade técnica, sob pena de bloqueio de emissão de notas fiscais;
- c.** Constituição de grupo de trabalho, coordenado pela CAE em parceria com o CONECON, com diferentes entidades setoriais de âmbito nacional e outras organizações que possam contribuir para que a efetivação desta medida seja acompanhada de mecanismos formais de denúncia, fiscalização e punição exemplar no caso de comprovação de falsas declarações no CNP.

Educação Financeira

Eixo 1: **Desenvolvimento Econômico**

Recomendação 3:

Fortalecer a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF já existente, implementada pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira (Decreto nº 10.393, de 9/6/2020), por meio da colaboração entre programas institucionais e interministeriais para educação financeira da população (Exemplo: o programa Mulheres Mil apresentado pelo Ministério da Educação - MEC se interliga com a Estratégia Nacional de Educação Financeira):

- a.** estabelecer metas e elaborar indicadores para a Estratégia Nacional de Educação Financeira;
- b.** viabilizar a participação da Comissão de Assuntos Econômicos do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável - CAE/CDESS no Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF; e
- c.** criar incentivos para adesão aos programas de educação financeira, principalmente para populações mais vulneráveis que, na maioria das vezes, desconhecem o significado de educação financeira (Exemplo: no Programa Desenrola quem se inscrever e realizar o curso de educação financeira teria melhores condições para negociação de dívidas).

Sugestões de Metas e Indicadores para a Recomendação 3

Metas

1. Aumentar a taxa de Participação em Programas de Educação Financeira;
2. Avaliar o Conhecimento Financeiro através de avaliações que mensurem o conhecimento financeiro da população;
3. Aumentar o acesso da população a serviços financeiros, como contas bancárias, cartões de crédito responsáveis e outros produtos financeiros;
4. Integrar a Educação Financeira no Currículo Escolar e avaliar o impacto no conhecimento financeiro dos estudantes;
5. Reduzir a taxa de Endividamento e de dívidas inadimplentes;
6. Medir a redução das disparidades financeiras entre diferentes grupos socioeconômicos, gêneros e regiões;
7. Aumentar a taxa de poupança da população como resultado direto das políticas de educação financeira;
8. Melhorar a confiança da população nas instituições financeiras, indicando a eficácia das políticas em promover práticas transparentes e éticas;
9. Desenvolver parcerias com Instituições Educacionais e Organizações da Sociedade Civil; e
10. Reduzir o número de casos de fraude financeira como resultado direto da conscientização e educação financeira.

Indicadores

1. **Taxa de participação** - Avaliar o número de pessoas que participam ativamente dos programas de educação financeira em relação à população-alvo. Uma alta taxa de participação indica um bom alcance.
2. **Cobertura demográfica** - Analisar se a política atinge diferentes grupos demográficos, garantindo que a educação financeira seja acessível e relevante para diversas faixas etárias, níveis de renda e grupos sociais.

3. Acessibilidade de recursos - Medir a facilidade de acesso aos recursos de educação financeira, como materiais educativos, seminários, workshops e ferramentas online. Isso inclui avaliar a disponibilidade desses recursos em diferentes formatos e idiomas.

4. Custo por participante - Calcular o custo médio por participante do programa para avaliar a eficiência financeira da política. Isso ajuda a determinar se os recursos estão sendo utilizados de maneira eficaz.

5. Taxa de retenção e Conclusão - Acompanhar a taxa de retenção dos participantes ao longo do programa e a taxa de conclusão para garantir que as pessoas estejam se beneficiando plenamente da educação financeira oferecida.

6. Satisfação do participante - Coletar feedback dos participantes para avaliar a satisfação em relação à qualidade e à utilidade dos programas. Isso pode ser feito por meio de pesquisas, entrevistas ou grupos focais.

7. Mudanças comportamentais imediatas - Avaliar se os participantes demonstram mudanças imediatas em seus comportamentos financeiros após a participação nos programas, como a criação de um orçamento ou a redução de dívidas.

8. Melhoria na literacia financeira - Medir o aumento no nível de conhecimento financeiro da população-alvo antes e após a implementação do programa, indicando a eficácia na transmissão de informações financeiras.

9. Impacto na estabilidade financeira - Analisar se o programa tem impacto na estabilidade financeira dos participantes, refletido, por exemplo, na redução de endividamento excessivo ou na criação de fundos de emergência.

10. Redução da inadimplência - Acompanhar se há uma diminuição nas taxas de inadimplência entre os participantes, indicando uma gestão financeira mais eficaz.

11. Avaliação de parcerias - Avaliar a eficácia das parcerias estabelecidas com instituições financeiras, organizações educacionais e outras entidades, garantindo que essas colaborações contribuam para os objetivos da política.

12. Sustentabilidade a Longo Prazo - Avaliar a capacidade do programa de manter impactos positivos ao longo do tempo, garantindo a sustentabilidade e a continuidade da educação financeira.

Recomendação 4:

Propor a criação de **Núcleos de educação financeira** e apoio aos superendividados nas Universidades públicas com recursos do Fundo de Direitos Difusos. O Núcleo contaria com equipe multidisciplinar com professores de direito, administração, economia e outros. Aberto para o público em geral, mas ofertando atendimento mais próximo para pessoas em situação de superendividamento, informando sobre direitos e estratégias para sanar a situação.

Reindustrialização, construção civil e investimento em infraestrutura

Eixo 2: Modernização da Estrutura Produtiva

Ação 2:

Ações futuras a serem implementadas pela Comissão de Assuntos Econômicos, no tema:

Iniciar debate sobre a política tarifária no Brasil, em especial os setores de aço, petroquímico e de produção de insumos estratégicos.

Regulação do Cross Border

Eixo 3: Atração de Investimentos e Ambiente de Negócios

Recomendação 5:

Revisar o “Programa Remessa Conforme”, de modo a promover:

- a.** A isonomia tributária entre as empresas locais e as empresas de outros países;
- b.** A conformidade técnica no âmbito das importações brasileiras, por meio da responsabilização da plataforma de comércio e da cadeia produtiva; e

c. Elaborar ações de comunicação institucional direcionadas à sociedade para compreensão da necessidade das medidas e dos impactos do cenário atual no país.

Micro e pequenas empresas

Eixo 3: **Atração de Investimentos e Ambiente de Negócios**

A ser trabalhado em 2024. O tema está sendo abordado de forma transversal no GT de Crédito.

Regulamentação do mercado de crédito de carbono

Eixo 4: **Aumento da Competitividade Brasileira**

Tema vem sendo tratado por grupo de trabalho específico, fora da CAE. Realizada consulta pública junto aos conselheiros sobre o texto do Projeto de Lei nº 412/2022. Os resultados foram entregues à relatora Senadora Leila Barros.

Conselheiros

Grupo coordenador

Adilson Araújo

Andre Passos

Carlos Luque

Claudio Loureiro

Cláudio Medeiros

Dirlene Silva

Marcelo Kayath

Emerson Kapaz

Gino Paulucci

Joseph Couri

Marcel Fukayama

Rodrigo Navarro

Sergio Zimmerman

Conselheiros membros

Adriana
Marcolino

Ana Karina
Bortoni Dias

Ale
Youssef

**Ana Paula
Vescovi**

**Cristina
Junqueira**

**Fabrcio
Bloisi**

**Antonio
Neto**

**Bebeto
Galvao**

**Francisco
Gomes Neto**

**Aristides
Santos**

**Bruno
Queiroga**

**Germano
Rigotto**

**Atilio
Rulli**

**Débora
Guerra**

**Gilberto
Tomazoni**

**Bebeto
Galvao**

**Deh
Bastos**

**Glauco
Humai**

**Bruno
Queiroga**

**Deyvid
Bacelar**

**Glória
Guimarões**

**Bruno
Sindona**

**Edson
Lopes**

**Helena
Nader**

**Carla
Prado**

**Eduardo
Calderari**

**Hélio
Rotenberg**

**Chieko
Aoki**

**Eduardo
Navarro**

**Ingrid
Barth**

**Clemente
Ganz Lúcio**

**Eduardo
Vassimon**

**Isaac
Sidney**

**Conrado
Leister**

**Edvaldo
Vieira**

**Janete
Vaz**

**Cristiana
Santos**

**Elbia
Gannoum**

**Jeanine
Pires**

**Alexandra de
Vasconcelos Segantin**

João Domingos	Marcelo Abritta	Neca Setubal
José A. Félix	Marcelo Araujo	Nelson Mussolini
Laercio Cosentino	Marcelo Moraes	Nina Silva
Liel Miranda	Márcio de Lima Leite	Patriciana Rodrigues
Luana Génot	Márcio Lopes de Freitas	Paulo Sousa
Lucas Kallas	Marcos Augusto Guerra	Pedro Bueno
Jose Carlos Martins	Marcos Lutz	Pedro Ivo
Jose Garcia Netto	Miguel Torres	Ricardo Cavalcante
Juliana Marra	Marcus Vinicius Furtado Coêlho	Ricardo Patah
Juvandia Moreira	Mônica Veloso	Roberto Bischoff
Katia Maia	Nathália Rodrigues	Roberto Tadros
Luiz Carlos Trabuco	Nayana Rizzo Sampaio	Robson Andrade

**Rodrigo
Dienstmann**

**Sérgio
Bortolozzo**

**Silvia
Penna**

**Rosilane
Jardim**

**Sergio
Luiz Leite**

**Tânia
Cosentino**

**Rosilda
Prates**

**Sérgio
Nobre**

**Venilton
Tadini**

**Alberto
Borges**

**Claudio
Lottenberg**

**Alessandra
França**

**Viviane
Sedola**

**Wilson Ramos
Filho (Xixo)**

Comissão de Assuntos Econômicos

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretaria de Relações Institucionais

Presidência da República

Ministro

Alexandre Padilha

Secretário Executivo

Paulo Pereira

Coordenador

Tatiana Vasconcelos

Equipe de Apoio

Marcos Aurélio Souza

Paula Pires

Henrique Sabino

Editorial

João Salgado

Projeto Gráfico e Diagramação

Gabriel Protski



**Conselho de Desenvolvimento
Econômico Social Sustentável**

www.gov.br/sri/pt-br/cdess

se_cdess@presidencia.gov.br

Dados da Comissão

Conselheiros inscritos: 101 conselheiros

Grupo coordenador: 12 conselheiros

Data da instalação: 3 de julho de 2023

Ministros presentes na reunião de instalação: Alexandre Padilha, Ministro da Secretaria de Relações Institucionais; Guilherme Melo, Secretário de Política Econômica, e Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, ambos do Ministério da Fazenda, representando o Ministro Fernando Haddad.

Reuniões realizadas: quinze reuniões, entre reuniões gerais, de coordenação e temáticas para discussão dos eixos de trabalho.

Ministérios e entidades envolvidos: Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Principais políticas e programas analisados: Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF (Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020). Reforma Tributária, Programa Remessa Conforme (Portaria COANA nº 130, de 25 de julho de 2023, Programa Mulheres Mil, Projeto Construa Brasil, Building Information Modelling - BIM ou Modelagem da Informação da Construção (Decreto nº 10.306, de 2 de abril de 2020).

Eventos e ações realizados: Seminário Internacional de Política Industrial, em 31/10/2023. Evento organizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial do MDIC - CNDI/MDIC, CDESS e Ministério das Relações Exteriores - MRE, que discutiu questões relacionadas à política industrial, examinando as melhores práticas e abordagens inovadoras de países da Ásia, Europa e América do Norte.

Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável

Secretaria de Relações Institucionais

Presidência da República

Ministro da Secretaria de Relações Institucionais

Alexandre Padilha

Secretário

Paulo Pereira

Secretária-adjunta

Raimunda Monteiro

Chefe de Gabinete

André Avrichir

Guilherme Siqueira de Carvalho

Assessoria Gabinete

Daniela Naves

João Vítor Salgado

Júlia Vida

Maria Alice Vieira

Tiago Nicácio

Vagner Araújo

Núcleo Ambiental

Alberto Lourenço

Ellen Lemos

José Ivan Aquino

Lígia Valadão

Priscila Feller

Núcleo de Direitos Sociais

Aída Silva

Nicolau Beltrão

Roseli Teixeira

ValmirDantas

Núcleo Econômico

Guilherme Siqueira de Carvalho

Henrique Sabino

Marcos Aurélio Souza

Paula Pires

Tatiana Vasconcelos

Assessoria Internacional

Marcela Maris

Logística e Eventos

Douglas Nunes

Nicolau Beltrão

Lucinete Lima

Raíssa Carvalho

Rebeca Barbosa

Regiani Ribeiro

Valéria Barcellos



**Conselho de Desenvolvimento
Econômico Social Sustentável**

www.gov.br/sri/pt-br/cdess

se_cdess@presidencia.gov.br